



6 - Processo: 58701.003410/2015-80
 Proponente: Instituto Trilhar
 Título: Esporte Energia Social
 Registro: 02MG12982013
 Manifestação Desportiva: Desporto Educacional
 CNPJ: 10.239.821/0001-39
 Cidade: Belo Horizonte UF: MG
 Valor autorizado para captação: R\$ 159.877,12
 Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 3061 DV: 9
 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 36964-0
 Período de Captação até: 31/12/2018
 ANEXO II
 1 - Processo: 58701.002720/2015-87
 Proponente: Associação de Voleibol de Toledo
 Título: Mais Vôlei Toledo
 Valor autorizado para captação: R\$ 365.761,56
 Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 5735 DV: 5
 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 13975-0
 Período de Captação até: 31/12/2018
 2 - Processo: 58701.003392/2015-36
 Proponente: Instituto Sempre Amigos
 Título: Desafio de Vôlei de Praia Masculino de Campos do Jordão
 Valor autorizado para captação: R\$ 618.766,86
 Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 1531 DV: 8
 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 22333-6
 Período de Captação até: 31/12/2018

SECRETARIA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DE ESPORTE E DE LAZER

PORTARIA Nº 1, DE 7 DE JUNHO DE 2017

O Secretário Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social, do Ministério do Esporte, fundamentado no art. 1º do Decreto nº 8.829, de 03 de agosto de 2016, no art. 6º do Decreto nº 2.271, de 07 de julho de 1997 e no art. 8º da Portaria Interministerial nº 424, de 30 de dezembro de 2016, resolve:

Art. 1º Instituir a Comissão de Seleção das propostas referente ao Chamamento Público para a execução da Ação 20JP - do PROGRAMA DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES E APOIO A PROJETOS DE ESPORTE, EDUCAÇÃO, LAZER E INCLUSÃO SOCIAL, com a finalidade de selecionar projetos que receberão recursos do Orçamento Geral da União, LOA 2017 e 2018, para a Implantação e Desenvolvimento de Núcleos do Programa Segundo Tempo Padrão, Programa Segundo Tempo Paradesporto e Programa Segundo Tempo Universitário, na forma do Edital de Chamada Pública nº 1/2017, publicado no Diário Oficial da União - Seção 3, em 12 de maio de 2017.

Art. 2º A Comissão de Seleção, ora instituída, fará avaliação de mérito das propostas inscritas no referido Chamamento Público.

Art. 3º As propostas apresentadas, referentes ao Edital supracitado, serão submetidas à análise desta Comissão de Seleção, que será constituída da seguinte forma:

Coordenador(a) Geral de Esporte e Educação - CGEE;
 Coordenador(a) Geral de Lazer e Inclusão Social - CGLIS;
 Diretor(a) do Departamento de Gestão de Programas de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social. Neste ato, designado pelo Secretário Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social como responsável pelo monitoramento dos trabalhos a serem realizados pela Comissão de Seleção das Propostas.

§1º No que tange as suas atribuições, a Comissão de Seleção tem por fim o atendimento aos itens: 3 - DA VALIDAÇÃO DAS PROPOSTAS (1ª Etapa), 4 - DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS (2ª Etapa) e 5 - DA DIVULGAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DAS PROPOSTAS (3ª Etapa), do Edital em questão.

§2º Os recursos interpostos serão analisados e julgados por autoridade superior aquela que proferiu a decisão recolhida, considerando-se o item 6.3 - DOS RECURSOS, do Edital em questão.

§3º As propostas classificadas terão como fator de desempate a maior pontuação frente aos critérios estabelecidos no item 4.4 do aludido Edital.

§4º O concedente resolverá os casos omissos e as situações não previstas na referida Chamada Pública.

Art. 4º A Comissão de Seleção será assessorada por servidores do Ministério do Esporte e, quando necessário, contará com o apoio de membros vinculados à parceria com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LEANDRO CRUZ FROES SILVA

Ministério do Meio Ambiente

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 6, DE 13 DE JUNHO DE 2017 (*)

A PRESIDENTE DO INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA, no uso da atribuição que lhe confere o inciso V, do art. 23, do anexo I ao Decreto nº 8.973, de 27 de janeiro de 2017, que aprova a Estrutura Regimental do IBAMA;

Considerando a Lei nº 8.723, de 28 de outubro de 1993, que dispõe sobre a redução de emissão de poluentes por veículos automotores, como parte integrante da Política Nacional de Meio Ambiente;

Considerando a necessidade de contínua atualização do Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores - PROCONVE, instituído pela Resolução CONAMA nº 18, de 06 de maio de 1986, Lei nº 8.723, de 29 de outubro de 1993, bem como a complementação de seus procedimentos de execução;

Considerando a Instrução Normativa IBAMA nº 24, de 28 de agosto de 2009, que estabelece especificações e critérios para o sistema de diagnose de bordo OBDBr-2;

Considerando os contínuos avanços e aperfeiçoamentos da eletrônica embarcada nos veículos automotores;

Considerando o estabelecimento de novas fases do controle de emissões de gases, com limites mais restritivos;

Considerando as proposições apresentadas pela Diretoria de Qualidade Ambiental - DIQUA, no Processo IBAMA nº 02001.000631/2017-09, resolve:

Art. 1º Estabelecer, para vigorar a partir de 1º de janeiro de 2018, alterações na Instrução Normativa nº 24, de 28 de agosto de 2009, que regulamentou o sistema de diagnose de bordo para veículos leves com motorização do ciclo Otto OBDBr-2, passando a ser denominado OBDBr-2+.

Art. 2º A certificação dos sistemas de diagnose de bordo OBDBr-2+ dar-se-á por meio do "Sistema de Informação e Serviço do PROCONVE/PROMOT - INFOSERV", regulamentado pela Instrução Normativa IBAMA nº 12, de 14 de outubro de 2011.

Art. 3º Permanecem válidas para o sistema de diagnose de bordo OBDBr-2+ as determinações e exigências constantes da Instrução Normativa IBAMA nº 24, de 28 de agosto de 2009, a exceção dos itens nela constantes que forem alterados por esta Instrução Normativa.

§ 1º Para efeito desta Instrução Normativa, onde se lê OBDBr-2 na Instrução Normativa nº 24/2009, leia-se OBDBr-2+.

§ 2º Em todos os anexos da Instrução Normativa nº 24/2009, onde se lê "álcool", leia-se: "etanol hidratado".

§ 3º Para a certificação dos veículos dotados do sistema de diagnose de bordo OBDBr-2+, o fabricante ou importador deverá registrar no sistema informatizado INFOSERV todos os dados constantes do Anexo V da Instrução Normativa IBAMA nº 24/2009.

Ar. 4º Para efeito do OBDBr-2+, a Instrução Normativa IBAMA nº 24/2009 passa a vigorar conforme as alterações definidas nos parágrafos a seguir:

§ 1º No artigo 5º, a tabela passa a vigorar com os seguintes valores:

Categoria	THC ⁽¹⁾ (g/km)	NMHC ⁽²⁾ (g/km)	CO (g/km)	Nox (g/km)
VLP	0,75	0,30	3,00	0,75
VLC ≤ 1700 kg ⁽³⁾	0,75	0,30	3,00	0,75
VLC > 1700 kg ⁽³⁾	1,25	0,50	6,00	1,50

Onde: VLP = Veículo Leve de Passageiro
 VLC = Veículo Leve Comercial ≤ 3856 kg
 (1) Somente para veículo GNV
 (2) Somente para veículo Otto exceto GNV (é permitido o desconto do álcool não queimado a critério do fabricante quando o veículo é abastecido com EHR)
 (3) Massa do veículo para ensaio de emissões

§ 2º No Anexo I, os itens 27, 28, 29 e 30 passam a vigorar com as seguintes redações:

27) EHR - Etanol Hidratado Combustível de Referência. Combustível automotivo, que quando isento de hidrocarbonetos, apresenta teor alcoólico na faixa de 92,6º a 93,8º INPM (fixado pela Portaria ANP nº 36/05). Utilizado nos motores de ciclo Otto, especificamente no setor de transporte rodoviário.

28) EAR - Etanol Anidro Combustível de Referência. Combustível automotivo que apresenta teor alcoólico mínimo de 99,3º INPM (fixado pela Portaria ANP nº 36/05). O EAR é utilizado para mistura com a gasolina A especificada pela Portaria ANP nº 309/01, para produção da gasolina tipo C. O teor de álcool na gasolina é fixado por decreto presidencial ou por determinação da ANP.

29) A22 - Mistura de 78% em volume de gasolina pura (gasolina A) com 22% em volume de EAR.

30) A11H50 - Mistura de 50% em volume de A22 com 50% em volume de EHR.

§ 3º No Anexo I, fica suprimido item 31, e os itens 32, 33, 34 e 35 passam a ser numerados, respectivamente: 31, 32, 33 e 34.

§ 4º No Anexo II, fica suprimido o item 2.3.6, e o item 2.3.7, passa a ser numerado com 2.3.6.

§ 5º No Anexo II, o item 4.9.2 passa a vigorar com a seguinte redação:

4.9.2. Para as falhas detectadas de acordo com os critérios de monitoração definidos em:

4.9.2.1 Item 2.1.1, do Anexo II, que resultem em valores de emissão de escapamento acima do limite aplicável de THC ou NMHC estabelecidos no artigo 4º desta Instrução Normativa.

4.9.2.2 Itens 2.1.2, 2.1.3 e 2.1.5 do Anexo II, que resultem em valores de emissões de escapamento acima dos limites estabelecidos no artigo 4º desta Instrução Normativa.

§ 6º No Anexo III, o item 3.4 passa a vigorar com a seguinte redação:

3.4. O agente homologador deve notificar oficialmente a sua decisão de aceitação ou não, aos pedidos relativos aos itens anteriores, bem como o período de manutenção da deficiência.

§ 7º No Anexo IV, o item 3.2 passa a vigorar com a seguinte redação:

3.2. Combustível - Para os ensaios devem ser utilizados o combustível padrão de referência para emissões (A22; EHR; A11H50 ou GNV) conforme regulamentação vigente definida pelo órgão regulador.

§ 8º No Anexo IV, o item 4.4.1.5, passa a vigorar com a seguinte redação:

4.4.1.5 O código de identificação de calibração e o VIN devem ser disponibilizados através do conector normalizado da porta de comunicação serial e deve ser fornecido conforme ISO 15031-5, através do serviço \$09.

§ 9º No Anexo IV, o subitem 4.4.2.3.1, passa a vigorar com a seguinte redação:

4.4.2.3.1 O Fabricante ou importados do veículo deve registrar no INFOSERV detalhes de quaisquer dados relativos à diagnose de emissões relacionada com a presente Instrução Normativa e não especificados na norma ISO 15031-5, a exemplo de: PID; ID do monitor OBD; ID de testes.

§ 10. No Anexo V, os itens 5 e 6 passam a vigorar com as seguintes redações:

5. Descrição de todos os serviços utilizados e respectivos PIDs, ID dos monitores OBD e ID dos testes.

6. Descrição das características básicas de funcionamento para detecção de falhas do sistema de injeção de combustível, por meio da tabela abaixo sugerida, podendo o fabricante complementá-la com informações que julgar necessárias.

DISPOSITIVO/SISTEMA DE DIAGNOSTICO DE BORDO

Componente/ Sistema	Código de falha	Estratégia de Monitoramento	Critério de detecção da falha	Critério de ativação da LIM	Parâmetros secundários de habilitação da diagnose	Ciclo de Pré-condicionamento (*)	Teste de demonstração
Conversor catalítico	P0420	Sinais dos sensores pré e pós conversor catalítico	Diferença entre sinais dos sensores pré e pós-conversor catalítico	2 ciclos de pré-condicionamento mais um ciclo de ensaio	Rotação do motor, carga ou eficiência volumétrica, controle de combustível em malha aberta ou malha fechada, temperatura do conversor catalítico	B	ABNT NBR6601 (ver também item 2.3 do Anexo IV)

(*) Os ciclos relacionados são exemplos e podem ser utilizados para preenchimento da coluna "ciclo de pré-condicionamento", ficando a cargo do fabricante preencher e exemplificar o ciclo de condução utilizado

§ 11. Fica cancelado o Anexo VI da Instrução Normativa IBAMA nº 24/2009 e, por conseguinte, ficam suprimidos o item VI - "Roteiros para Homologação do Sistema OBDBr-2" do art. 2º e o art. 10.

Art. 5º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

SUELY MARA VAZ GUIMARÃES DE ARAUJO

(*) Republicada por haver incorreções no original publicado no Diário Oficial da União em 20 de abril de 2017, seção 1, página 111.